

# Justiça determina repasse para Fundo da PMA

Decisão judicial acata ação do Ministério Público Estadual e garante recursos para o Fundo Municipal de Saúde

Uma ação movida pelo Ministério Público Estadual (MPE), através da Promotora de Justiça Euza Missano, da Promotoria dos Direitos à Saúde, foi acatada pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). A decisão foi da magistrada Elvira Maria de Almeida Silva, da 18ª Vara Cível da Comarca de Aracaju, para que a Secretaria de Estado da Saúde faça o repasse de valores financiados do Fundo Nacional de Saúde e Fundo Estadual de saúde ao Fundo Municipal para execução dos serviços e ações de saúde no valor de R\$ 16 milhões e em caso de descumprimento, fica sob multa diária a partir de R\$ 1 mil.

A Ação Civil Pública foi movida pela promotora de Justiça Euza Missano, da Promotoria



**A DECISÃO É PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E AÇÕES DE SAÚDE NO VALOR DE R\$ 16 MILHÕES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACAJU**

dos Direitos à Saúde, foi motivada por uma entrevista concedida pela Secretária de Estado da Saúde, Joélia Santos, ao programa do radialista e jornalista Gilmar Carvalho, na Rádio Ilha FM, afirmando que o Estado não estava devendo R\$ 20 milhões desse repasse, sim R\$ 16 milhões. “Solicitei cópia da entrevista, entrei com a ação solicitando que haja o pagamento, porque a Secretária de

Saúde do Município de Aracaju, Goretti Reis, em suas intervenções, sempre colocava que os débitos do estado como município têm dificultado os investimentos em sua gestão”, disse.

Essa decisão judicial determina ainda que o Estado de Sergipe promova a recomposição do Fundo Municipal da Saúde de Aracaju, no prazo de 30 dias, com o valor incontroverso apresentado de R\$ 16

milhões sem financiamento devido, em valores do Fundo Nacional e do Fundo Estadual de Saúde. Em caso de descumprimento, ficará sob pena de multa diária na ordem de R\$ 1.000,00 até o limite máximo de R\$ 50.000,00 para o gestor público ou responsável. “Espero que o pagamento seja efetuado normalmente, para que o município possa resolver suas pendências”, frisou Euza.